

Literatura: contexto digital, hipercolonialismo e materialidades

Alamir Aquino Corrêa¹

Neste curto espaço de discussão, sob a tela da expressão literária na qualidade de mecanismo de perpetuação de práticas culturais, talvez fosse interessante tratar de problemas como a leitura em papel *versus* leitura na tela, provocar um pouco mais a chamada “liberdade de expressão” via internet – enquanto utopia, mas rara realidade pelas múltiplas maneiras de controle (inclusive pelos próprios provedores de internet e de telefonia móvel) – e questionar a premissa da ubiquidade de acesso, quando em boa parte das comunidades não há sequer eletricidade.

Contudo, essas questões estão mais na área de uma sociologia da leitura do texto literário que propriamente de literatura e novas mídias. Observadas tais limitações, após um tratamento perfunctório da literatura no mundo digital, faremos: *i*) uma visitação à disponibilização das fontes primárias e secundárias como preponderante e prevalente em países com direito autoral mais ou menos benéfico à pesquisa literária; e *ii*) uma rápida discussão acerca das materialidades da literatura, aqui entendidas como as relações entre os meios em que a expressão literária se faz presente, todos carregados de significância e significado.

Ainda admirável mundo novo?

O uso de computadores pessoais (nas suas variantes *desktop*, *notebook*, *ultrabook*, *netbook*, *tablet*, *smartphones* e *reader*, sem que essa listagem seja exaustiva) e da internet é fato mais que comum nos últimos dez anos, particularmente no ambiente acadêmico. Ainda que seja relativo esse afastamento, podemos dizer que já vai longe o tempo da novidade e dos “futurismos” ou futurições, a anunciar as salas de aula sem papel e a pesquisa feita em tempo recorde. Nas áreas de letras e de informática, ainda que as ansiedades sobre o assunto já ocorressem bem antes de 2003, marcamos esse ano como o princípio da discussão mais ampla em termos de pesquisa compartilhada, quando aconteceu, na Universidade

¹ Doutor em literaturas hispânicas, professor do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil. E-mail: correa.alamir@gmail.com

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o primeiro Simpósio Nacional de Literatura e Informática.

O comportamento prevalente em boa parte da universidade, em especial na área de estudos literários, tem sido de espanto e de resistência firme aos avanços tecnológicos propiciados pelo aumento da capacidade de armazenamento digital e pela continuada vontade de corporações públicas e privadas de transformar o mundo analógico em digital – ou seja, para a transcrição/adaptação ou recriação do material arquivado em papel para aquele da imagem digital, com as benesses do seu processamento textual. Citamos como exemplo a dificuldade para credenciar junto ao Qualis da Capes o periódico *Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários*, em formato digital e gratuito desde o seu primeiro número em 2002.

A resistência ao novo é fato que tem acompanhado todos os momentos de alteração substancial do conhecimento; agora, não poderia ser diferente. Ocorre, entretanto, que essa resistência é em boa parte uma mistificação diante do passado confortavelmente conhecido. Vários são os autores que têm marcado o grave erro lógico quanto à tecnologia de informação, como é o caso de George Landow (1997, p. 215), no que diz respeito ao material impresso. Em verdade, nada faz diferir (além do meio ou suporte) um livro em papel de um *e-book*.

Claro que alguns podem sinalizar a materialidade do objeto como essencial para a sua “concretude” ou visibilidade, o cheiro de livro velho ou novo, a sua aparente perenidade como defesa séria de seu valor e utilidade. Nesse sentido, vale lembrar da imagem terrível que remete ao incêndio da Biblioteca de Alexandria (figura 1) presente na gravura em madeira de Hermann Göll (1876), a nos demonstrar que tudo pode ser perdido por ação humana ou da natureza ou da fortuidade (caso de vazamentos de tubulações hidráulicas).



Figura 1 – *O incêndio de Alexandria*, de Hermann Göll (1876)
Fonte: Wikimedia commons²

O advento da produção de larga escala, na era da reprodutibilidade técnica bem descrita por Walter Benjamin³ e estudada em profundidade pela Escola de Frankfurt, trouxe para o objeto literário alguns complicadores, entre eles uma percepção escatológica pela prevalência da tecnologia sobre o homem, casos de *We* ou *Myl* (1924) de Yevgeny Zamyatin, de *Brave new world* (1932) de Aldous Huxley e de *Nineteen eighty-four*⁴ (1949) de George Orwell. A ideia de fruição do objeto como unidade singular perdia interesse, vez que tudo ou quase tudo passava como produto de uma linha de montagem, perdendo valor o objeto em si por sua reprodutibilidade. Em outros termos, a modernidade passou a considerar o objeto livro apenas um continente e não mais um meio com conteúdo (como era possível na contemplação das iluminuras medievais ou no valor simbólico do registro quase que cabalístico das palavras). Para o trabalho do pesquisador, ressalvemos, antes da riqueza proporcionada pelo meio digital, muito pode ser visto como resultado surpreendente, pelo acúmulo de informações, quando se

² Disponível em: <<https://goo.gl/1ckQB3>>.

³ “L’oeuvre d’art à l’époque de sa reproductibilité technique”, traduzida do alemão por Pierre Klossowski, publicada em 1936 na *Zeitschrift für Sozialforschung*.

⁴ Comumente é citada como 1984.

visita a produção de Jaime Cortesão ou de Rodrigues Lapa. Na pesquisa contemporânea, o meio digital desmistifica ou diminui bastante, pelas ferramentas disponíveis, o grau de dificuldade do tratamento do objeto livro. Inclusive quando exemplar único por conter anotações de um autor, contemplado quase como objeto sagrado tanto pela crítica genética (Grésillon, 1994), no caso de manuscritos ou palimpsestos, quanto pela teoria da edição textual pela análise das contaminações (Bornstein e Williams, 1993). Em contraponto, temos as pesquisas recentes, só possíveis graças às novas tecnologias, a tratar dos resíduos das marcas de leitura, pela identificação das manículas ou mãos pequenas, *manicule* em inglês, como propôs William Sherman (2007).

Não há dúvida sobre a tecnologia permitir com mais facilidade o trabalho colaborativo, o compartilhamento de fontes primárias e secundárias no trabalho de grupo de pesquisa, o acesso mais fácil e mais barato a coleções localizadas em instituições diversas daquela onde está o grupo de pesquisa. Também são relevantes as circunstâncias particulares a envolver a construção de bancos de dados literários, por permitir o acesso a obras raras ou com pequena ou nenhuma distribuição. Por isso, no geral, o grande avanço proporcionado pelas tecnologias de informação contemporâneas é o aumento do número de fontes disponibilizadas e a “instantaneidade” de seu acesso, cada vez menos admirável. Para muitos, apesar das críticas, chegamos a uma sociedade do conhecimento, que aproximou um enorme conjunto de pessoas, grupos e nações, mas, novamente, concentra o poderio nas mãos da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá.

Essa mudança estrutural do conjunto de fontes forçou a revisão dos procedimentos do Manual de Estilo da Modern Language Association; a sétima edição do *MLA Handbook for Writers of Research Papers* (2009) inova ao exigir que todas as entradas de fontes sejam identificadas por seu meio (impresso em papel, CD-Rom, filme, hipertexto etc.), destruindo o poder do material impresso como fonte primária e autorizante, algo que ainda não foi incorporado pela ABNT. Por mais que tais fontes estejam já incorporadas a muitos projetos de pesquisa, sobre elas paira uma desconfiança fundada em conceito de valor sobre o filtro da circulação de conhecimento (editores, pareceristas, consultores), algo que em tese não aconteceria no material digital, mas que, ao fim, no material impresso, acaba também passível de descrédito pela coleta de informações errôneas ou de revisores pouco

atentos. O maior exemplo é o rotineiro descrédito à Wikipédia, com dados geralmente recolhidos de material impresso, apesar de estudos comprovando a sua confiabilidade (Okoli, 2009; Lavsa et al., 2011).

Esse gigantismo apavora, como também apavoravam os moinhos de vento, imagem emprestada de Amelia Sanz, pesquisadora pertencente ao LEETHI, grupo de pesquisa sobre Literaturas Españolas y Europeas del Texto al Hipermedia, estabelecido desde 2000 e consolidado pela Universidad Complutense de Madrid desde 2005. Mas o mesmo gigantismo traz vários problemas, por expor dificuldades “inimaginadas”.

A primeira delas é o próprio papel do “pesquisador digital”, na esteira do que se tem convencionalmente chamar de nativo digital, esse ser que precisa também encontrar seu lugar. Outro complicador é aquele do “pesquisador digital” que também se considera humanista. Matthew Kirschenbaum, diretor associado do Maryland Institute for Technologies in the Humanities, adverte em artigo recente que já há uma tradição das humanidades digitais, sendo que haveria pelo menos duas linhas muito fortes: aquela do ferramental metodológico, do qual há vários exemplos (caso da compilação de textos usando o computador para concordâncias textuais ou para uma estilística computacional), e uma espécie de iniciativa social, pelo trabalho colaborativo (Kirschenbaum, 2010, p. 2).

Em vários eventos, principalmente na América do Norte e na Europa, tem sido crescente o interesse pelas humanidades digitais, também referidas por Kirschenbaum. No Brasil, a discussão ainda tem sido mais de “encantamento” diante das ferramentas tanto no Simpósio Nacional de Informática e Literatura quanto no Simpósio de Hipertexto e Tecnologias na Educação, eventos especializados e de continuada atividade.

Reinóis e mazombos

Amelia Sanz (2013) é mais explícita no quesito do humanista digital, ao questionar a enorme preocupação das agências e dos organismos, bem como das políticas públicas, em mostrar “serviço” disponibilizando ambientes digitais ou iniciativas de disponibilização de material impresso “transmediado” para o ambiente digital. Ao tratar da postura das iniciativas institucionais, a par da disponibilização de material de maneira pública, algo que sem dúvida permitiu o acesso ou a

visibilidade crítica de pesquisadores e leitores que andavam à margem da construção do conhecimento por estarem, as fontes, longe de seus países, ela questiona as políticas de construção dos bancos de dados e suas potencialidades, no sentido de se preocupar “humanamente” com aqueles que poderiam ou deveriam ter acesso a tais bancos de dados.

É como se houvesse uma boa atitude geral, que busca distribuir irmanamente o conhecimento acumulado nos centros de excelência, mas que esbarra em dificuldades locais, como é o caso do direito autoral e suas disposições em cada país (algo que por vezes tem sido resolvido por acordos gerais com as agências recolhedoras de direitos autorais, válido também para as coletâneas de textos disponibilizadas aos estudantes universitários).

Somamos isso ao interesse maior sobre determinado conjunto cultural; os países do Hemisfério Norte, em sua parte ocidental, acabam por oportunizar melhores condições para os *corpora* de língua inglesa, francesa, alemã e espanhola. Nesse contexto, Sanz inova ao criar um problema do qual ainda não se tinha notícia: o do hipercolonialismo, como um conjunto de práticas restritas a poucos pesquisadores e que acabam senhores imperiais do conhecimento.

A noção do hipercolonialismo precisa de mais compreensão. O termo surge, na sua raiz conceitual, em fala de Sun Yat-sen, primeiro presidente da República da China (1912), na segunda de suas conferências sobre “Os três princípios do povo” (nacionalismo, democracia e meio de vida das pessoas) ou Doutrina San-min, ao discutir a condição da China como uma hipocolônia e não uma semicolônia (conceito leninista). Esse assunto, por demais complexo, não cabe ser discutido aqui, na controvérsia entre os termos hipocolônia, hipercolônia e semicolônia.

O que interessa a esse texto, entretanto, é a condição específica da China por ter tido experiências de subserviência, sobretudo naqueles denominados Tratados Desiguais com a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão; observem-se também em detalhe e amplitude histórica a dominação inglesa em Hong-Kong, a portuguesa em Macau e a japonesa na Manchúria. Em essência, aparentemente uma colônia, a China se encontrava em condição de subpar em relação a outras colônias, vez que se tornava espaço dominado por múltiplas metrópoles a lhe subjugarem. O caso do porto de Tianjin é exemplar, como descreve Maurizio Marinelli (2009); em seu texto, a noção de hipercolônia se torna mais evidente, nas palavras de Ruth Rogaski, opondo-se ao termo

hipocolônia. O fato é que a condição chinesa se dava muito em função de baixo nível de tecnologia, especialmente na área da saúde, tornando seus exércitos fracos diante de forças estrangeiras.

Tomamos essa situação da China como analogia para as condições de produção, de organização e de circulação de bens culturais na contemporaneidade, tomadas as diferenças gritantes entre países centrais e países periféricos quanto ao escopo, à consciência e à militância cultural e às políticas editoriais. Talvez ainda estejamos na fase da angústia diante dos recursos econômicos disponibilizados para as atividades educativo-culturais, até ao ser observada a problemática do direito autoral, que restringe o acesso de maneira diferente para cada usuário, em razão de seu geoposicionamento.

De qualquer sorte, a relação entre usuário e detentor da informação se dá, em geral, por uma relação de subserviência ou de um desequilíbrio de poder. Um usuário terá ou não acesso a bens e serviços, e muitas vezes o mais importante – o preço, em conformidade com o seu IP – endereço de localização de seu ponto de acesso. Essa situação é bastante conhecida para aqueles que usam o Portal de Periódicos da Capes, com acesso externo àquele dos campi universitários; em geral, é necessária alguma autenticação no servidor da universidade para se obter acesso pleno.

Essa estrutura invisível aos olhos comuns se torna uma espécie de fronteira com alto grau de sensibilidade e seletividade. Há uma teoria (talvez conspiratória) que estipula que preços podem ser alterados a maior em razão do reiterado acesso a certa base de dados, demonstrando interesse do usuário. Os chamados *cookies*, pequenos trechos de códigos, que residem provisoriamente ou não em nossos computadores, permitem que possamos acessar certos sítios ou ser impedidos de vê-los. Tudo isso se dá em uma relação leonina, na qual o detentor da informação garante para si a melhor condição.

Isso posto, no caso do acesso ao material literário (ou aos bancos de dados para pesquisa), a situação digital não difere daquela anterior, a de exigência de condição financeira para se visitar uma biblioteca (ou ser credenciado junto a ela, pelo sistema de pares). Inclusive as bibliotecas públicas acabavam sendo públicas somente para aqueles que estavam no mesmo espaço geográfico. A digitalização de material, sempre

salutar e idealmente socializante, como ocorre com o Google Books,⁵ a Europeana⁶ ou a Gallica,⁷ sem falar em outros espaços como a Open Library⁸ e o Internet Archive,⁹ acaba por esbarrar em outro problema, o desequilíbrio entre culturas, línguas e nações. Exemplo disso é o conjunto quantitativo de informações disponíveis na Wikipédia (figura 2). Se há em inglês, praticamente, o mesmo número de artigos que o conjunto da soma daqueles em espanhol, francês e alemão, seria justo supor que o conhecimento disponível é igual em cada uma dessas línguas? A questão tem a ver, obviamente, com o número de usuários da língua inglesa como língua franca; outros fatores talvez possam explicar essa diferença gritante. Mas, no contraponto, o conjunto de informações disponíveis em mandarim é similar àquele em português. Não há dúvida sobre as dificuldades inerentes ao acesso à informação.

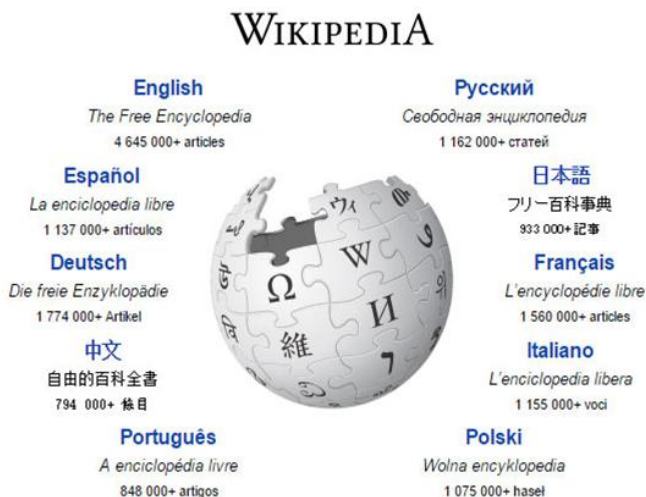


Figura 2 – Quantidade de artigos na Wikipédia, por língua
Fonte: Wikipedia¹⁰

⁵ Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>.

⁶ Disponível em: <<http://www.europeana.eu/>>.

⁷ Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>>.

⁸ Disponível em: <<https://openlibrary.org/>>.

⁹ Disponível em: <<https://archive.org/index.php>>.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.wikipedia.org/>>.

Da mesma maneira, a polêmica advinda da iniciativa do Google Books chegou a um bom termo para a indústria editorial, mas reduziu sensivelmente o acesso a que se tinha em determinado momento quando não havia decisões judiciais que limitam o serviço. A disparidade de acesso chega ao cúmulo kafkaniano de informações estarem disponíveis em uma georreferência e não disponíveis no georeferenciamento de origem; em miúdos, a lei europeia de direito autoral impede a disponibilização de textos por setenta anos a partir da morte do autor; a lei norte-americana abre várias brechas, em razão do estipulado no Código 17 e seus adendos. Assim, um texto pode estar em domínio público nos Estados Unidos e ter sua digitalização impedida em território europeu. No caso espanhol, o chamado *fair use* (a cópia para estudo) parece inexistir nas bibliotecas; assim, não se pode legalmente solicitar a cópia de um artigo de um periódico ao serviço de reprografia, mesmo quando o periódico em sua origem já tenha disponibilizado gratuitamente o seu acesso. Ainda que possa parecer de somenos importância, ou mesmo condição particular, a questão mais séria daí advinda é aquela da identidade cultural e da sua conectividade ou disponibilidade.

Assim, é necessário pensar o hipercolonialismo como um constructo que ultrapassa os meandros do que se percebeu até aqui como colonialismo. Para esse fim, parece ser interessante uma visita a Jacques Derrida e seu *L'autre cap*, artigo de jornal publicado, em formato condensado, a partir de conferência realizada em Turin em 20 de maio de 1990, sobre a identidade cultural europeia, e publicada em opúsculo em 1991, com outro texto também sob a mesma luz, *La démocratie ajournée*. Sua argumentação está fundada em dois axiomas: o desenho de uma Europa que velha busca um novo estar no mundo, redesenhando-se a partir de sua própria finitude, e reconhecer-se ou reencontrar-se (como próprio da discussão da época) culturalmente diferente de si mesma – “é característico de uma cultura não ser idêntica a si mesma” (Derrida, 1991, p. 16, tradução nossa). Mais adiante, continuando a explicar seu axioma, ele elabora uma expressão talvez mais pesada ainda:

Não há relação consigo mesma, de identificação consigo mesma sem cultura, mas a cultura de si mesma *como* cultura do outro, a cultura do duplo genitivo e da *diferença consigo mesma*. A gramática

do duplo genitivo assinala também que uma cultura não tem jamais uma única origem (Derrida, 1991, p. 16-17, tradução nossa).

Como não há a possibilidade de uma cultura com apenas uma origem, caracterizando muito mais a noção do lugar de onde se fala como relativo, as relações dos usuários com o conhecimento disponibilizado pelas novas tecnologias se tornam muito mais complexas, principalmente se tomadas as percepções próprias dos estudos pós-coloniais e de um discurso que procura ser identitário enquanto periferia que busca ombrear-se com os chamados centros de poder. Reagir, enquanto nação ou como coletividade, como acontece na América Latina, significa buscar um lugar que, muitas vezes, se situa como aquele do mazombo, aquele que misturado ao local (quando esse ainda existe em números significativos) se irrita com o reinol, procurando dele se diferenciar.

Em anotação marginal, essa qualidade do Brasil colonial encontra outros modos em outros lugares. Recentemente, vários estudos na área do *settler colonial studies* (ou colonialismo do colonizador/colono) têm revisitado o assunto, a dispor novas luzes; uma das revistas mais importantes para tal conjunto investigativo é *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, em particular as contribuições de Lorenzo Veracini, Penelope Edmonds e Patrick Wolfe. Anota-se, também, a importância do artigo “Settler colonialism and the elimination of the native”, de Patrick Wolfe, publicado em 2006 no *Journal of Genocide Research*. A importância desse material, enquanto reflexão sobre os procedimentos a nortear a sociedade do conhecimento, é inegável, vez que a homogeneização da cultura, ou globalização como se quer aparentemente, tem esse viés da eliminação da diferença ou do cerceamento de outros conhecimentos.

Em essência, que identidade cultural pode haver nesse caso? Fruto de várias árvores, esse ser transplantado, com raízes distantes (e aqui novamente a ideia de Derrida se torna eficaz, por tratar da colônia e da cultura como pontos de raízes), se torna novamente refém de uma estrutura que o trata como um hipercolono, agora não mais vários impérios a dominá-lo, identificados com carimbos nacionais. Há outro conjunto, novo, talvez mais incisivo, de corporações que também se encontram permeadas de nuances jurídicas locais, muitas vezes em conflito entre si quando observada a necessidade de migração de dados entre nações.

Se, latino-americanos, visitamos a Europa em busca de outras raízes, mais longínquas, e a contemplar antigos impérios, uma cabeça ou várias cabeças exemplares que se perderam no tempo (e talvez também no espaço), enfrentamos uma herança que é talvez desconhecida ou desidentificada pela própria Europa de hoje, ela mesma em busca de um novo sentido. Em outros termos, mais afeitos ao foco do artigo, a construção de bancos de dados serve a quem? Que mecanismos estão ali desenhados como úteis? Que mediação está em processo e para qual objetivo? Estamos diante de uma centralização de conhecimento, de redução de espaços minoritários, com verbas disponibilizadas para a criação e a preservação de estruturas dominantes, desrespeitando novamente, como fizeram os romanos, as comunidades menores, os pluralismos, as liberdades. Enquanto capital cultural, talvez alguns possam se sentir representados, mas evidentemente há uma força que elimina ou cerceia, no mínimo, o domínio e o acesso; aqui, o exemplo da Wikipédia torna claro o que há de se fazer hoje, para novamente emprestar a frase de Paul Valéry, citada por Derrida: “O que você fará HOJE?” (1991, p. 9, tradução nossa).

Em *Culturas híbridas* (1989), Nestor García Canclini na “Entrada”, quando apresenta seu texto, anota algo sobremaneira importante: “neste tempo de disseminação pós-moderna y descentralização democrática, crescem também as formas mais concentradas de acumulação de poder e centralização transnacional da cultura presenciada pela humanidade” (1989, p. 25, tradução nossa). Não é de outra sorte o conjunto de tarefas hercúleas encetadas por governos, organismos e corporações, principalmente quando o mote justificativo de sua atividade é aquele da socialização do acesso ou inclusão social. Em texto referencial sobre as novas comunidades sociais, via informática, o mesmo García Canclini discute a questão da “interação entre tecnologias comunicacionais, formas de conhecimento e estruturas de poder econômico e cultural” (2004, p. 183, tradução nossa); ele também aponta a problemática do monolinguismo ou prevalência do inglês (2004, p. 184-187).¹¹ O mais interessante, para o conceito de hipercolonialismo, é a sua proposição de um “tecnoapartheid”, por seu tom segregacionista onde as desigualdades se tornam maiores (2004, p. 189-190).

¹¹ E é política de Estado no Brasil no incentivo do programa Ciência sem Fronteiras e seu subprojeto “Inglês sem fronteiras” e na tentativa de anglicização dos periódicos brasileiros.

Em essência, se é que já se torna possível evidenciar esse constructo como algo definitivo, há de se lidar com a aproximação e o seu afastamento de fontes em razão dos modos de construção, armazenamento e disponibilização, vez que institutos ou práticas locais/nacionais entram em choque com aquelas de uma globalização anglo-americana. Por mais que haja evidências de melhor e mais amplo acesso a fontes (quantos de nós pudemos ler textos latinos autênticos na graduação feita até a virada do milênio?), fica a ressalva de que essas bases de dados têm como primeiro e principal foco as comunidades que as sustentam e, por via de consequência, estão a servir como estratégias hipercolonialistas, afinal não há, por mais que se queira, almoço grátis.

Das materialidades e dos espaços de produção

Ao par dessa problemática que permeia a discussão e a efetiva construção de bancos de dados literários voltados para a pesquisa em literatura, não só no aspecto de revisitação canônica, mas também e principalmente no que tange o processo de construção do conhecimento, é necessário lidar com a produção literária em meio digital, vez que essa também se perfaz tanto na novidade como na “transmediação”, termo que sugiro aqui como algo que vai na direção não de um velho para um novo *medium* e sim de uma substituição de um *medium* por outro *medium*. E aqui se faz necessário repetir a pequena distinção entre a literatura em meio digital e a literatura digitalizada. Essa última é a transposição de material publicado em papel para leitura na tela, sem qualquer outra distinção; a primeira é dependente de estruturas formais (hardware e software) que inviabilizam, em tese, sua produção em papel. Na observação do que se tem feito, muito do que se considera literatura digital se assemelha mais a um jogo e poderia ser resolvido por algo como *print-on-demand* (impressão sob demanda), vez que o resultado gráfico é uma individuação de leitura cuja programação decorre de combinações pré-estabelecidas, como se vê em “Minicontos coloridos”¹² de Marcelo Spalding, e/ou textual, caso de “Um estudo em vermelho”¹³ do mesmo autor (há ligeira diferença por haver uma trilha sonora, que poderia ser resolvida com outro suporte).

¹² Disponível em: <<http://www.literaturadigital.com.br/minicontoscoloridos/>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.literaturadigital.com.br/estudoemvermelho/>>.

Não há dúvida dos desafios evidentes tanto no enfrentamento das políticas públicas e/ou privadas de construção de bancos de dados e seu acesso ao público, quanto no tratamento dos novos objetos literários formulados e/ou concebidos para o ambiente digital. É necessário lembrar que passou a haver uma concepção do objeto livro como o espaço que também veicula uma mensagem, especialmente a partir de Stéphane Mallarmé e seu “Un coup de dés jamais n’abolira le hasard” (1897) ou, mais tarde, em Jorge Luis Borges e sua “La Biblioteca de Babel” (1941). Nesse particular, parece ser essencial delimitar que há diferenças entre meio e instrumento técnico, como apontou Krämer (2008, p. 42) em ensaio sobre a obra de Walter Benjamin. O livro, enquanto coisa ou objeto, também é capaz de dizer algo ou, melhor, também diz algo.

O experimentalismo espacial da poesia concreta, enquanto espaço da escrita e de sua visualidade, também observadas as transgressões das vanguardas cubistas e dadaístas como é o caso de Pablo Picasso, Georges Braque, Guillaume Apollinaire e Tristan Tzara, é o reconhecimento de que há um dizer pelo meio, pelo objeto, por sua condição essencial. Observa-se a construção da mensagem não somente pela decodificação proposta por Roman Jakobson, onde o meio é um sistema de codificação e decodificação; aumenta-se essa proposição para se perceber que há no meio também algo construído. Erick Felinto (2013) explica essa relação, na leitura que fez de Krämer (2008), contrapondo os termos *Mittel* e *Medium* em alemão; ele enfatiza que é necessário compreender o meio “como um ambiente, um *lòcus* (como, por exemplo, nas expressões ‘meio aquoso’ ou ‘meio gasoso’)”; ou seja, o meio em que está inserido o outro meio (a linguagem) também se tornou importante. Essa noção da materialidade do meio, resultante talvez do conflito que tem pautado a contemporaneidade perdida entre o passado de louvor à natureza e o projeto de libertação pela técnica/tecnologia, é provavelmente a mola propulsora do interesse continuado contemporâneo pela coisa, pelo objeto, por sua construção e percepção, como se pode depreender da leitura de Bruno Latour, no capítulo “Crise” de seu *Jamais fomos modernos* (1994).

Se no passado distante havia o ouvinte, como se percebe nas práticas sociais de longa duração nos episódios de contação de histórias em *El ingenioso hidalgo Don Quixote De La Mancha*, depois transformado em leitor pela escolarização mais ampla, pelos gabinetes de leitura

subvencionados por sócios leitores, pela literatura publicada em folhetins de jornais, ambos conduzidos pela figura autoral, quer como espetáculo quer como controlador do ócio enquanto atividade lúdica, em outros termos, o narrador que direcionava a capacidade imaginativa do leitor, essas entidades (autor/ouvinte/leitor) dependiam de uma espécie de palco onde se dava a relação com o objeto literário. O meio era o conjunto de materializações possíveis pela palavra posta em cena, ainda que nas narrativas do século XIX e as proposições de compreensão do mundo que lhe são próprias.

O novo conjunto de relações oriundas das vanguardas estéticas destruiu a proposição desse controle do autor pela ausência de referenciais ou pela perda da referencialidade; ou seja, a falta de parâmetros de tempo e espaço e, importantíssimo, de responsabilidade e verdade, no sentido de descompromisso com causas sociais coletivas ou de assunção de conceitos geralmente aceitos como é o caso da arte discutida por Duchamp e Warhol. Não há mais um devir controlável pela assunção do presente como verdade causal, a obra deixou de ser pertencente ou subjacente ao processo de produção (na tradicional e hoje imprópria relação autor-obra-público), a reiteração transformada (pela fruição) deixa-nos à mercê de uma ausência de convicções quando tudo se torna provisório e relativo (que se torna mais evidente em obras onde prevalece a autorreferencialidade). As novas condições fazem surgir estruturas frágeis e ao mesmo tempo norteadoras de outras e renovadas estruturas, também frágeis e também norteadoras. Subtraiu-se a relação causal entre produção e recepção para uma relação de esvaziamento do valor autorizante em ambas as pontas da equação em face das condições proporcionadas pelo meio (*medium*) em que a obra é construída e percebida.

Ao se pensar na materialidade do objeto literário, em especial no contexto da produção literária mais recente (tanto narrativa quanto poema), aquela do mundo digital onde a técnica anda em parilha com a tecnologia, é necessário discutir como lidar com a fruição da arte literária quando se lembra da afirmativa de Marshall McLuhan: “O meio é a mensagem”. A estética do século XIX, pautada pela identificação ou percepção do sublime, transforma-se na busca da compreensão do estranho (do *Umheimlich*) conforme apontou Eugenio Trias (2006); a circunstância da transgressão absoluta fica em franco descompasso com o prazer estético conhecido, nesse tipo de obra, provavelmente pretendida como universal ou transnacional como são

as obras de Eduardo Kac. Tais objetos não podem ser geralmente percebidos pelos leitores/receptores locais, em razão de sua desfamiliaridade, algo que acaba por provocar também a discussão do estranhamento/*foregrounding* inglês/*Umheimlich* freudiano ou *aktualisace* do formalismo russo. O artista, na ânsia de recepção no além-fronteiras, deixa de ser um artista local, desligando-se do local de sua formação ou de produção para interagir ou captar outros leitores/receptores que, para ele, são mais propensos a tais posturas estéticas inovadoras. Há de se lembrar que se procura não o desfamiliar e sim aquilo que pode ser reconhecido como padrão; a atitude mais confortável é garantir a segurança da experiência ao buscar padrões reconhecíveis no relacionamento com os objetos e situações reais ou ficcionais. Nossa atitude diante do desconhecido, ou algo que pensamos que pode ser apreendido, é a da busca de padrões, de compreensão da proposta do objeto enquanto arte como algo palatável, esperável, atingível, inteligível.

Nessa condição, amplia-se o conjunto de significações, vez que pulamos do verbivocovisual, já bastante agressivo ou transgressivo, para a multifacetada produção digital, em que o meio (novamente lembrado aqui como *medium*) inaugura uma série de proposições de construção de significados. Há, aparentemente, no objeto material literário uma qualidade particular, quer seja o livro na sua circunstância tipográfico-espacial, quer enquanto reificado de outro modo na condição da *voz* veiculadora de significados, vez que é uma *performance* e por vezes nega a própria possibilidade de registro. No contexto da produção digital há com certeza outras implicações de significado ainda não discutidas, mesmo que já sinalizadas pelos termos intertextualidade, como propôs Julia Kristeva (1969), remediação (Bolter e Grusin 1999, passagem ou relações entre um meio velho e um meio novo, conceito mais afeito aos *media studies*) e intermedialidade (Clüver, 2006; Azcárate e Zepetnek, 2008; Mendes, 2011),¹⁴ termo que se tornou quase um mantra a envolver: *i*) transposições de um objeto em um meio para outro (que alguns chamaram de tradução intersemiótica, adaptação ou transcrição; *ii*) combinações de meios (recitação de poema por sobre manipulação gráfica computacional); e *iii*)

¹⁴ Para mais detalhes, ver Shail (2010).

referencialidades (uso de elementos, técnicas e estruturas de outro meio, como se vê muito na ficção de Sergio Sant'Anna).

Sobre esse último termo, intermedialidade, tem-se visto no Brasil um embate terminológico¹⁵ – a raiz conceitual é o *intermedialität* alemão (Albersmeier, 1992) encontrando par no *intermedialité*¹⁶ francês (1996); diferentemente de Portugal, a variante usada por muitos no Brasil, intermedialidade, é apropriação direta da pronúncia inglesa de *intermediality*¹⁷ com o nosso sufixo-dade, sem observação da tradição do latino *medium-media*. As novas materialidades em função do meio digital (Aarseth, 1997; Drucker, 2009; Bootz, 2010; Memmott, 2011; Eskelinen, 2012) levam a questionar o próprio conceito do que tradicionalmente se refere como literatura e as qualidades do literário (sem aqui querer retornar à improdutiva discussão da literariedade).

Várias questões surgem: que materialidades se tornam prevalentes no objeto literário digital? A intermedialidade contribui para a construção de novos significados ou é apenas circunstância como eram as descrições enquanto técnica com ares de cientificidade na narrativa do período realista? A multimedialidade na produção poética digital enseja que tipos de experimentalismos e de proposições de significados, tomando-se em conta o conjunto de textos teórico-explicativos que costumeiramente os acompanham? Até que ponto a experimentação quer pela remediação quer pela intermedialidade pode provocar respostas críticas constituidoras de valor? A interatividade, sempre resultado do planejamento computacional, abre novas possibilidades de significação? O grafismo (visualidade e tipografia) se torna elemento constitutivo da fruição da obra poética digital?

End-of-file?

A expressão do subtítulo é marca em linguagem de programação a sinalizar que se chegou ao fim de toda possibilidade de leitura, quer dizer, condição que se atinge quando não há mais dados a processar. Na crítica literária, isso é um oxímoro e aqui a interrogação é com certeza a

¹⁵ Gustavo Silva Saldanha (2008) usa os dois termos em seu artigo intitulado “A leitura informacional na teia da intermedialidade: um estudo sobre a informação no texto pós-moderno”.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.fondation-langlois.org/html/e/page.php?NumPage=125>>.

¹⁷ Ver Rajewsky (2005).

estupefação diante da sua impossibilidade. Mas há de se chegar a um final, a uma coda, um cabo, como queria Derrida, outro cabo ou cabeça. Os estudos literários em meio digital estão ainda na sua infância, por várias razões, dentre elas destaco duas: o noviciado dos termos e condições da literatura digital e, segundo, demorará algum tempo para que os críticos literários sejam em sua totalidade nativos digitais. Mesmo essa condição parece ser improvável, vez que há uma noção de modismo a dourar a literatura digital e os estudos literários a partir de ferramentas digitais. É como se a tecnologia carregasse em si uma parte diabólica a matizar a criação literária (a exigir o domínio de muitos meios, softwares e outras próteses tecnológicas) e a crítica fundada em ferramentas quantitativas ou pautadas por algoritmos.

Na área do ensino de literatura, há vários grupos desenvolvendo ferramentas de anotação, aumentando o nível de complexidade das análises e/ou o conjunto ancilar de informações sobre um texto – é a aceitação da estrutura digital como maneira de despertar novamente o interesse de alunos pelo objeto literário e/ou se adequar ao ensino à distância. Na criação, há um movimento em prol de um amálgama de meios a produzir um texto literário, que muitos talvez não o chamem mais de literário, com várias formas de dizer, a tornar o leitor mais cativo de uma complexidade multimidiática ou, talvez só interessado, porque ele também se tornou multimidiático.

A última provocação a ser feita tem direta relação com os termos propostos por García Canclini, no texto intitulado “Informatizados, entretenidos... y los otros” (2004, p. 168-171), quando trata do mundo em que se exige mais do indivíduo, que acha nele cada vez menos. O crítico matiza um grupo como informatizado, ou seja, com acesso à informação de maneira ativa e reativa, e outro como entretido, aparentemente consumidores de informação tecnológica de segundo nível (tevê aberta, pouco acesso à internet, produção pirata). Seu texto já tem lá seus dez anos e muito mudou em termos de acesso à internet, especialmente pela discussão do que se tratou antes como hipercolonialismo. Por contraponto, há de se observar que 2004 é também o ano do surgimento do Facebook, a maior rede social que se tem notícia e que substituiu o Orkut, em termos de número de participantes que migraram de um aplicativo para outro.

A razão que leva a tal raciocínio é que estamos a viver outro momento, quando o objeto se torna cada vez menos importante e o foco

no indivíduo se torna cada vez mais central. A morte do autor proposta na década de 1960 parece não ter sido tão forte assim. O culto do autor enquanto personalidade literária encontra cada vez mais espaço, vez que vários autores são catapultados aos holofotes pelos seguidores e por estratégias de marketing voltadas para a construção de uma marca ou um *brand* comercialmente viável, sem tal interesse geral do público se confundir com a *fanfiction*. Há um movimento mediático de luzes e brilhos a cercar, inclusive, a produção literária, pela exposição local, regional e/ou nacional, como é o caso dos festivais literários onde a notícia não é a obra e sim a presença performática do autor. Creio que isso se dá pelas redes sociais, como o *tumblr*, o Twitter e, claro, o Facebook, que substituíram os antigos mecanismos de circulação controlada (editoras e jornais e padrinhos, como se pode ler em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto). Hoje, para muitas editoras, o autor se faz interessante por seu trabalho de garimpagem de leitores, uma atratividade conseguida por um novo comportamento – a sua pessoalidade; quer dizer, a maior proximidade dele, enquanto pessoa, do seu leitor, a interagir com seu consumidor. Sua pessoa parece que é muito mais importante que sua obra. É como se os feitos divinos deixassem de ter valor e que eles, Odin, Thor e outros membros do panteão de *Æsir*, precisassem descer do reino de Asgard, para que possamos curtir diariamente o que fazem, pensam, dizem e, principalmente, compartilhar com outros a nossa proximidade de seus corpos e meios, ainda que virtuais.

Referências

- AARSETH, Espen J. (1997). *Cybertext: perspectives on Ergodic literature*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- ALBERSMEIER, Franz-Josef (1992). *Theater, Film und Literatur in Frankreich: Medienwechsel und Intermedialität*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- AZCÁRATE, Asunción López-Varela; ZEPETENEK, Steven Totosy. (2008). Towards intermediality in contemporary cultural practices and education. *Cultura, Lengua y Representación/Culture, Language and Representation*, n. 6, p. 65-82. Special issue: La intermedialidad/Intermediality. Disponível em: <<http://goo.gl/WHxcTz>>.

BENJAMIN, Walter (2006). The work of art in the age of mechanical reproduction. DURHAM, Meenakshi Gigi; KELLNER, Douglas M. (Ed.). *Media and cultural studies: keyworks*. Malden: Blackwell.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard (1999). *Remediation: understanding new media*. Cambridge: The MIT Press.

BOOTZ, Philippe; BALDWIN, Sandy (Ed.) (2010). *Regards croisés: perspectives on digital literature*. Morgantown: West Virginia University Press.

BORNSTEIN, George; WILLIAMS, Ralph G. (Ed.) (1993). *Palimpsest: editorial theory in the humanities*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

CLÜVER, Claus. (2006). Inter textus / Inter artes / Inter media. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, n. 14, p. 11-41. Disponível em: <<http://goo.gl/OJYLNz>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

DERRIDA, Jacques (1991). *L'autre cap suivi de La démocratie ajournée*. Paris: Éditions de Minuit.

DRUCKER, Johanna (2009). *SpecLab: digital aesthetics and projects in speculative computing*. Chicago: Chicago University Press.

ESKELINEN, Markku (2012). *Cybertext Poetics: the critical landscape of new media literary theory*. London: Continuum.

FELINTO, Erick (2013). Meio, mediação, agência: a descoberta dos objetos em Walter Benjamin e Bruno Latour. *E-compós*, v. 16, jan./abr. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/846/646>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (1989). *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (2004). *Diferentes, desiguales y desconectados*. Barcelona: Gedisa.

GRÉSILLON, Almuth (1994). *Éléments de critique génétique: Lire les manuscrits modernes*. Paris: Presses universitaires de France.

KIRSCHENBAUM, Matthew G. (2010). What Is Digital humanities and What's It Doing in English Departments? *ADE Bulletin*, n. 150. Disponível em: <http://mkirschenbaum.files.wordpress.com/2011/01/kirschenbaum_ade150.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2014.

KRÄMER, Sybille (2008). *Medium, Bote, Übertragung: kleine Metaphysik der Medialität*. Frankfurt: Suhrkamp.

KRISTEVA, Julia (1969). *Séméiôtiké: recherches pour une sémanalyse*. Paris: Edition du Seuil.

LATOURE, Bruno (1999). *Jamais fomos modernos*. São Paulo: 34.

LANDOW, George P. (1997). Twenty minutes into the future, or how are we moving beyond the book? In: NUNBERG, Geoffrey (Ed.). *The future of the book*. Berkeley: University of California Press. p. 209-237. Disponível em: <<http://goo.gl/T9p1Wv>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

LAVSA, Stacey M. et al. (2011) Reliability of Wikipedia as a medication information source for pharmacy students. *Currents in Pharmacy Teaching and Learning*, v. 3, n. 2, p. 154-158, April.

MARINELLI, Maurizio (2009). Making concessions in Tianjin: heterotopia and Italian colonialism in mainland China. *Urban History*, v. 36, n. 3, p. 399-425. Disponível em: <<https://goo.gl/bWbE50>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

MEMMOTT, Talon (2011). Digital rhetoric and poetics: signifying strategies in electronic literature. Malmö: Malmö University. Disponível em: <<http://goo.gl/qAbHPk>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

MODERN LANGUAGE ASSOCIATION (2009). *MLA handbook for writers of research papers*. 7. ed. New York: MLA.

MENDES, João Maria (2011). *Introdução às intermedialidades*. Amadora: Escola Superior de Teatro e Cinema.

OKOLI, C. (2009). A brief review of studies of Wikipedia in peer-reviewed journals. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL SOCIETY - ICDS, 3., 2009. *Proceedings...* p. 155-160. Disponível em: <<http://goo.gl/FAjIVs>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

RAJEWSKY, Irina O. (2005). Intermediality, intertextuality, and remediation: a literary perspective on intermediality. *Intermedialités*, n. 6, p. 43-64, Automne. Disponível em <<http://goo.gl/unPVLB>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SALDANHA, Gustavo (2008). A leitura informacional na teia da intermedialidade: um estudo sobre a informação no texto pós-moderno. *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 13, n. 1, p. 55-66. Disponível em: <<http://goo.gl/1yyKk1>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SANZ, Amelia (2013). Digital humanities or hypercolonial studies. *RICT - Responsible Innovation*. Disponível em: <<http://goo.gl/3kl8v6>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SHAIL, Andrew (2010). Intermediality: disciplinary flux or formalist retrenchment? *Early Popular Visual Culture*, v. 8, n. 1, p. 3-15.

SHERMAN, William H. (2007). *Used books marking readers in Renaissance England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

YAT-SEN, Sun ([1921]). *San-min Chu-i: the three principles of the people*. Disponível em: <<http://goo.gl/BGFjOh>>. Acesso em 26 nov. 2014.

TRÍAS, Eugenio. (2006). *Lo Bello y lo siniestro*. Barcelona: Ariel, 2006.

Recebido em dezembro de 2014.

Aprovado em abril de 2015.

resumo/abstract/resumen

Literatura: contexto digital, hipercolonialismo e materialidades

Alamir Aquino Corrêa

Neste artigo, discuto aspectos do mundo digital e o lugar da literatura, a perseguir a qualidade do livro enquanto objeto contemplado e sua transmediação digital, em ligeira discussão sobre a pesquisa literária, suas potencialidades e desafios. Essa circunstância do domínio do material provoca o questionamento sobre as maneiras de sua organização, tomados como partícipes os donos dos meios de produção e seus vários usuários, em uma estratégia que pode ser chamada de hipercolonialismo (vários senhores atuando sobre um mesmo território que busca ainda sua própria identidade). Em estreita observação do meio enquanto significância e significado, trato do interesse contemporâneo sobre as maneiras de produção, circulação e recepção do objeto literário, com especial preocupação sobre o papel do artista na sua construção, apontando inquietações sobre a intermedialidade. Por fim, abro a porta para a discussão da figura do autor a suplantando a importância do objeto literário.

Palavras-chave: literatura digital, mídia, internet, hipercolonialismo.

Literature: digital context, hipercolonialism and materialities

Alamir Aquino Corrêa

In this article, I try to discuss some aspects of the digital world and the place literature occupies in it, especially as its digital transmediation renders both challenges and new possibilities to literary studies. In fact, this situation encourages the discussion about who detains control over the literary databases, how they are organized and how access to them is granted, in a strategy that may seem as hipercolonial (several masters control the same territory still in

search of an identity). In a strict observation of medium as signified and as a signifier, I discuss the contemporary interest on the manners of production, circulation and reception of the literary object, with special concern about the role of the artist in the construction of the object in relation to the notion of intermediality. Finally, I initiate a discussion about the author figure shadowing the importance of the literary object.

Keywords: digital literature, médium, internet, hipercolonialism.

Literatura: contexto digital, hipercolonialismo y materialidades

Alamir Aquino Corrêa

En este artículo, discuto los aspectos del mundo digital y su lugar en la literatura, buscando la cualidad del libro como objeto contemplado y su transmediación digital, a través de una ligera discusión de la investigación literaria, su potencial y sus desafíos. La circunstancia del dominio material plantea cuestiones sobre las formas de su organización, al tener como participantes a los dueños de los medios de producción y sus diversos usuarios, en una estrategia a la que se puede denominar un hipercolonialismo (varios señores actuando en un mismo territorio que aún busca su propia identidad). Mirando estrictamente al medio como significancia y significado, discuto el interés contemporáneo sobre las formas de producción, circulación y recepción del objeto literario, con especial énfasis en el papel del artista en su construcción, señalando inquietaciones acerca de la intermedialidad. Por fin, abro la puerta para discutir la figura del autor sustituyendo a la importancia del objeto literario.

Palabras clave: literatura digital, médium, internet, hipercolonialismo.